

A década de noventa foi marcada, no Cone Sul, pela ascensão do Mercosul como um bloco regional orientado para a constituição de um mercado comum. A visão “mercado-cêntrica” era a que prevalecia nos governos dos dois principais países do bloco: no Brasil de Fernando Henrique Cardoso; e na Argentina de Carlos Menem. Contudo, este início de século trás uma mudança substantiva na orientação destes governos, tanto com o PT de Lula-Dilma no Brasil e os governos Kirchner na Argentina, como também Tabaré Vázquez no Uruguai e no Paraguai de Lugo. Estes governos tendem a dar maior relevância às áreas sociais, e intensificaram, cada um a sua maneira, políticas de coesão social que visam à consolidação de um padrão mínimo de renda e bem estar para seus cidadãos. Nesse sentido, este trabalho questiona esta nova realidade com as mudanças diretivas que estão ocorrendo no Mercosul, principalmente no o que diz respeito ao escopo de políticas sociais de renda e trabalho; assim como a maneira que novo cenário interage com as próprias políticas internas de cada Estado. Para identificar estas mudanças este trabalho propõe-se a contrabalançar as demandas e propostas constituídas nos fóruns como as Cúpulas Sociais do Mercosul, com as orientações e declarações do Grupo Mercado Comum. Neste mesmo sentido, far-se-á a análise institucional do tema e em que grau ele vem avançando. No plano teórico, pode-se indagar o próprio papel que o Estado irá assumir dentro do bloco e a sua legitimidade como provedor de benefícios sociais. Até o momento, todas essas políticas e garantias estão diretamente ligadas a um conceito de cidadania como vínculo jurídico centrado na nacionalidade; contudo, a construção de um sistema de proteção social que opere no espaço supranacional pode vir a alterar esta relação. É preciso um aprofundamento teórico e factual para a melhor análise dos questionamentos propostos, contudo, percebe-se que as demandas existem, porém, os Estados respondem muito lentamente a elas.